



CONCELHO DE SINES

N.º 10 SET. OUT. 1979 ★ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

BOLETIM DAS AUTARQUIAS

Direcção : CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

O PODER LOCAL NA VIA DO SOCIALISMO

PRESIDENTE DA CÂMARA reúne com Ministro da Coordenação Econ. e Plano

A pedido da Câmara Municipal, o Ministro Correia Gago recebeu o Presidente da autarquia siniense, no passado dia 21 de Setembro.

Cont. pág. 2

Residência Municipal para Estudantes

Como havíamos anunciado em anterior boletim municipal, a Câmara deliberou em tempo, arrendar ao Padre Fatela a casa sita na praia e conhecida como casa do estudante. Previamente havia sido proposto ao Instituto de Acção Social Escolar (IASSE) que a referida casa fosse utilizada para residência de estudantes pois que no nosso concelho algumas dezenas de crian-

Cont. pág. 3



Ver pág. 7

PORTO DE PESCA DE SINES

Ver pág. 6

HABITAÇÃO

Câmara Municipal na base de 382 novos Fogos

É claro para todos os sinienses que a questão habitacional é o problema mais grave do nosso concelho e que pela sua amplitude necessitaria desde à partida, duma cuidada atenção da Câmara Municipal.

E foi isso exactamente que fizemos. Primeiro encomendando a urbanistas os planos gerais e de porme-

nor necessários à expansão ordenada da vila de Sines. Assim nestes três anos, elaboraram-se ou estão em curso:

- Plano Geral de Urbanização da vila de Sines
- Plano de Pormenor da Zona de Expansão habitacional

Cont. pág. 8

Reunião com Ministro da Coordenação Económica e Plano

Foram abordados vários assuntos de grande importância para o concelho e foi entregue ao Sr. Ministro um memorandum relativo aos assuntos abordados.

Entre esses assuntos salientam-se os seguintes:

1 — PORTO DE PESCA DE SINES

Plano Geral da Área de Sines, aprovado pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos em 30 de Novembro de 1972, a única vez que mencionou o Porto de Pesca de Sines foi ao referir-se à construção do Porto de Construção a Sul e que «posteriormente passaria a porto de pesca». Facilmente concluímos pela observação directa do actual porto de construção que a sua realização foi concebida em função dos batelões de transporte de pedra e dos rebocadores, nunca existindo qualquer estudo sobre a parte piscatória, sua evolução, necessidade de abrigo, dimensão da área de abrigo, rampas para reparação de embarcações, cargas e descargas, etc..

Em resumo, diremos que na prática nunca houve, da parte do poder central, a preocupação de solucionar o problema dos pescadores de Sines, tendo até alguns directores do G.A.S. expresso a opinião que os pescadores deveriam deslocar-se para um outro porto de pesca a construir em Porto Covo ou Vila Nova de Milfontes, para «não atrapalharem as manobras dos grandes petroleiros».

É evidente que nós pensamos precisamente o contrário. Os pescadores de Sines constituem hoje cerca de 40% da população do concelho e seria utópico a sua deslocação para qualquer outro local fora da baía de Sines. Por outro lado os estudos já desenvolvidos, e que posteriormente serão apresentados, levam-nos a concluir que é nítida a evolução positiva do número de embarcações de grande porte (25 a 30 metros), das pequenas embarcações de pesca costeira artesanal, ao mesmo tempo que aumentam substancialmente a quantidade de capturas desembarcadas no porto de Sines.

Pensamos que o Plano Geral do G.A.S. deveria ter integrado nas suas linhas mestras as realidades económicas do concelho, nomeadamente, a pesca, o turismo e a agricultura. No entanto não foi essa a orientação imprimida. Destruíu-se a agricultura e o turismo e preparava-se para a destruição da pesca.

Continuação pág. 1

Creemos que é uma ideia o pôr de parte. A Câmara Municipal e população do concelho estão firmemente empenhados na defesa das realidades locais senão de todas, pelo menos as possíveis, a par da nova realidade industrial.

De momento a grande reivindicação é o reconhecimento pelo planeamento central, da necessidade do porto de pesca de Sines, a localizar na Baía de Sines para que se mantenha a ligação Vila-mar, no fundo para que mantenha apesar de, e com o complexo industrial as suas características seculares.

E tal, é perfeitamente possível com a deslocação do terminal mineiraleiro para sul do porto de construção.

Como atrás referimos estão em curso estudos para a localização do porto de pesca de Sines, os quais logo que terminados serão presentes às autoridades responsáveis.

2 — REESTRUTURAÇÃO DA DIRECÇÃO DO GABINETE DA ÁREA DE SINES

Em 28 de Novembro de 1978 propôs a Câmara Municipal ao 3.º Governo Constitucional, pelo ofício n.º 2916 a criação de um órgão colegial com representantes das Empresas Públicas do concelho (com maiores problemas de instalações) e com as Câmaras Municipais da área. Posteriormente vieram a ser nomeados para gerir o G.A.S., representantes, se assim nos é permitido considerar, da C.N.P., Petrogal e A.P.S., não se tendo levado em conta os representantes das Autarquias Locais. Os instrumentos de planeamento existentes sectorialmente necessitariam no mínimo duma maior coordenação e discussão, no sentido de que os maiores problemas fossem resolvidos tão rapidamente quanto possível.

Mantemos pois a nossa posição, expressa através desse ofício, na certeza de que com a nossa colaboração podemos contribuir significativamente para a resolução de imensos problemas pendentes, no interesse das populações que representamos.

3 — DESPACHO CONJUNTO DOS MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E PLANO, ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

O despacho acima mencionado prevê a constituição de um grupo de trabalho, nomeando-o, e que tinha

MINISTRO DO PLANO

Continuação pág. 2

como tarefa central, elaborar no prazo de quarenta e cinco (45) dias, recomendações sobre a criação de uma figura análoga aos Serviços Municipais de Habitação, que pudesse receber o património habitacional do G.A.S., e que estudasse inclusivamente as implicações que tal transferência teria nas estruturas autárquicas.

Até à presente data tal grupo de trabalho não fez sequer uma única reunião.

Pensamos ser da máxima importância o cumprimento de tal determinação, no interesse quer do G.A.S. quer das autarquias e das respectivas populações.

4 — REVOGAÇÃO DAS LEIS QUE DÃO AO G.A.S. A POSSIBILIDADE DE ADMINISTRAR VASTAS ZONAS DOS CONCELHOS DE SINES E SANTIAGO DE CACÉM

O Dec.-Lei 458/77 de 5 de Novembro fixa para o concelho de Sines os limites de administração municipal e vem na sequência do previsto no Dec.-Lei 93/75 de 28 de Fevereiro. O espírito da Constituição no que respeita ao Poder Local, e as próprias leis 79/77 e 1/79, é declaradamente incompatível com a criação dentro das áreas dos municípios, de áreas delimitadas sob administração directa do poder central. Os grandes investimentos do poder central nas áreas municipais devem desenvolver-se através da competência que lhe é inerente, sem no entanto quebrarem a unidade geográfica e social dos concelhos onde se inserem. Na prática a área destinada por lei a administração directa do G.A.S. é uma zona de ninguém, com todos os prejuízos daí consequentes:

- Construção clandestina;
- Destruição das dunas da costa;
- Não definição de equipamentos para essas zonas (escolas, vias de comunicação, electricidade, água, etc.);

- Zonas agrícolas abandonadas.

Pensamos que é à autarquia que compete a administração do concelho e como tal as disposições das leis enumeradas devem ser revogadas.

Câmara Municipal de Sines

Oferece viatura aos Bombeiros Voluntários de Sines

É dever de todas as autarquias locais o apoio material às associações e colectividades dos respectivos concelhos.

Essa tem sido a nossa prática, e mais que um dever, essa prática converteu-se em intensa colaboração e cooperação, e foi cimentando laços de amizade entre a Câmara Municipal e as associações e colectividades do município Siniense.

Esta viatura que a Câmara Municipal por deliberação unânime ofertou aos n/ Bombeiros são isso mesmo. O n/ reconhecimento pelo trabalho insubstituível do voluntariado e mais uma vez a expressão das relações de amizade que existem entre a Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários de Sines.

— ★ —

Residência Municipal para Estudantes

Continuação pág. 1

ças, após a escolaridade obrigatória nas várias escolas primárias do concelho, não conseguiram prosseguir os seus estudos por dificuldades de transportes entre a sua residência e a vila.

O IASE não conseguiu ultrapassar a indefinição com que sempre canalizou a abertura dessa residência, e a Câmara Municipal decidiu que a residência haveria de funcionar para os estudantes do concelho suportando a autarquia os encargos com o seu funcionamento. Abriu assim no dia 17 de Outubro a Residência Municipal dos Estudantes e que já conta em 16 crianças dos vários pontos do concelho.

Para a residência, foram admitidos uma professora e uma cozinheira-vigilante.

Anteriormente e durante o verão o prédio em causa serviu de colónia de férias para crianças, tendo ficado alojadas:

- 30 crianças do ciclo preparatório de Alvalade.
- 65 crianças das zonas rurais do concelho de Sines.
- 18 jovens do Liceu de Castelo Branco (Alcains).
- 25 jovens de vários liceus do Porto.

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Sines, em reunião extraordinária de 28 de Setembro de 1979, e sentindo-se totalmente solidária com os trabalhadores da UCP Bento Gonçalves, e fortemente indignada com o assassinio de dois trabalhadores dessa unidade colectiva, aprovou a seguinte moção:

- Os trabalhadores rurais foram demasiado massacrados pelo fascismo para que se possam permitir iguais violências no Portugal de Abril. Repudiamos veementemente a actuação assassina da G.N.R. e vimos exigir dos responsáveis as medidas necessárias e definitivas, para que tais desmandos não se repitam, em quaisquer situações no País democrático e progressista que somos. Os elementos da G.N.R. que assim procedem esquecendo os mais elementares direitos dos cidadãos • actuando como se o 25 de Abril não tivesse existido, não têm lugar nessa corporação e devem ser retirados do activo.
- Aos familiares dos trabalhadores assassinados, manifestamos, em nome da população do nosso concelho, o sincero pesar da população siniense.

Editais Publicados

Edital n.º 34/79 — Sobre abertura de concurso público para admissão de carpinteiro de 1.ª classe.

Edital n.º 35/79 — Sobre abertura de concurso público para admissão de 3 escriturários-dactilógrafos.

Edital n.º 36/79 — Sobre abertura de concurso público para admissão de 3 cantoneiros de limpeza.

Edital n.º 37/79 — Sobre abertura de concurso público para admissão de 1 cozinheira-vigilante para a Residência Municipal de Estudantes.

Edital n.º 38/79 — Sobre abertura de concurso público para arrematação de empreitada de construção do Caminho Municipal entre Monte Mudo e Paiol.

Edital n.º 39/79 — Sobre conferição de medidas.

Edital n.º 40/79 — Sobre abertura de concurso público para concessão de exploração do Restaurante e Mini-Mercado do Parque de Campismo.

Edital n.º 41/79 — Sobre desdobramento da assembleia de voto da freguesia de Sines.

Edital n.º 42/79 — Sobre 1.º concurso público para elaboração dos projectos de execução dos edifícios do Zona B do Plano Geral de Urbanização de Sines.

Actividade Cultural

Nestes meses de Setembro e Outubro, a Câmara Municipal promoveu as seguintes actividades de ordem cultural:

— No campo do Cinema, levámos a efeito no Salão do Povo uma semana do cinema português que exibiu os seguintes filmes «Uma Abelha na Chuva»; «A Fuga»; «Ruínas no Interior»; «Deus, Pátria, Autoridade»; «Madrugada» e «História Selvagem» respectivamente realizados por Carlos de Oliveira, Luís Rocha, José Sá Caetano, Rui Simões, Luís Couto e António Campos. As receitas de bilheteira reverteram para a Cooperativa de Educação e Recuperação de Crianças inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém.

— No campo do teatro fizemos deslocar a Sines, o Grupo de Teatro Ádoque com a peça «Querias mas não te dou».

INFORMAÇÕES

Algumas deliber. das últimas Sessões da Câmara Municipal

— Deliberado comprar uma viatura ligeira station a gasóleo e pedir propostas de fornecimento à Peugeot, Ford, Datsun e outras.

— Deferido o pedido de Sérgio Manuel Coelho Vargas, sobre instalação duma oficina de reparações e recolha, e possível instalação dum posto de gasolina em Porto Covo.

— Aberto concurso para aquisição de 250 cadeiras para o salão do Povo.

— Aberto concurso para aquisição de mais 10 aquecedores a gás para as escolas primárias da zona rural.

— Autorizado o Vitória Futebol Club de Setúbal a realizar em Sines, em 5 de Outubro, a prova de perícia automóvel integrada no «Critério Nacional de Perícia 1979».

— Deliberado abrir concurso para admissão de: 1 carpinteiro de 1.ª classe; 3 cantoneiros de limpeza; 3 escriturárias-dactilógrafas; 1 cozinheira-vigilante; 1 professora para a residência dos estudantes.

— Aprovada a minuta definitiva da escritura de arrendamento duma área de terreno municipal para instalação de gasoleiras, com a Petrogal e seu concessionário (200 contos/ano) com o pagamento antecipado de cinco anos.

— Deliberado proceder à abertura de concurso público para concessão da exploração do restaurante e mini-mercado do Parque de Campismo.

— Após conversações com o Sr. António Joaquim acordou-se que a Câmara Municipal procederá à construção dum estábulo em local apropriado, para se acabar com a situação actual na Rua Arlete Argente Guerreiro, contrária a todas as normas de saúde pública.

— Deliberado adquirir mais 30 contentores de lixo de 1 100 litros.

— Deliberado adquirir chuveiros automáticos para o Parque de Campismo.

— Deliberado propôr ao Fundo Fomento da Habitação novo financiamento para construção de 48 fogos.

— Adjudicado à EPEL, empresa de pinturas e estores, a pintura dos blocos municipais da Rua da Floresta e do prédio camarário da Rua Capitães de Abril.

— Aprovado o 2.º Orçamento ordinário para o corrente ano no valor de 47 303 059\$70.

— Atribuído segundo subsídio de 20 contos à Juventude Amadora de Sines.

— Deliberado efectuar obras de adaptação para salas de aula nos anexos da escola secundária.

— Deliberado proceder à construção de urinóis do lado poente do campo de futebol junto às bilheteiras.

— Deliberado, após reunião com os interessados, que a Câmara Municipal proceda ao levantamento das anomalias nos blocos G e H da estrada da Costa do Norte, a fim de se proceder a concurso público para completa reparação desses prédios (32 fogos).

— Deliberado proceder à abertura de concurso público para construção do Caminho Municipal 1144, entre Monte Mudo e Paiol — a base de licitação é de cerca de 9 500 contos.

— Deliberado autorizar os jovens da Juventude Amadora de Sines a utilizarem o campo anexo ao Campo de futebol, e os novos balneários quando estiverem acabados.

PORTO DE PESCA

Continuação pág. 1

Após o plenário de pescadores de 30 de Agosto e do qual uma das conclusões foi mandar a comissão de Estudo do Porto de Pesca de Sines (CEPPS) para realizar contactos com as entidades responsáveis mais directamente ligadas à questão, uma delegação da comissão reuniu com o Sr. Secretário de Estado das Pescas no dia 14 de Setembro no próprio Ministério, em Lisboa. Nessa reunião foram relatadas ao Sr. Secretário, as preocupações dos pescadores sinienses e as suas reivindicações no que respeita à localização do porto no actual local.

Outro aspecto abordado nessa reunião foi o «célebre» despacho do tempo do Governo de Mota Pinto, que proíbe o registo de novas embarcações em Sines.

Sobre ambos os problemas e apesar de pouco conhecedor destas realidades o Sr. Secretário prometeu debruçar-se sobre os assuntos no sentido de tentar a resolução de algumas das questões em causa.

Posteriormente foi-lhe enviada fotocópia do ofício da Direcção Geral de Portos sobre a proibição do registo de embarcações no porto de Sines.

Sobre a reunião com o Sr. Ministro do Plano, onde também foi abordada a problemática do porto de pesca de Sines, damos conhecimento na página 2 deste boletim.

ELECTRIFICAÇÃO RURAL — Novas Obras

Várias obras de electrificação estão sendo levadas a cabo no nosso concelho, fora portanto dos núcleos já electrificados designadamente Sines, Porto Covo e Sonega. Neste momento estão em curso as seguintes obras:

- S. Pedro - Afeiteira
- Foros da Pouca Farinha
- Fonte do Mouro

Para outros lugares já foram realizados os respectivos concursos públicos e adjudicadas as respectivas obras e que são:

- Ribeira dos Moinhos
- Provença Nova

Estas duas últimas obras foram adjudicadas à firma Hidromecaniléctrica por 1 652 contos e 2 276 contos, sendo o prazo de realização de 17 meses. Neste momento estamos já diligenciando para a realização dos projectos de electrificação do Paiol e Cabeça da Cabra.

— ★ —

Parque de Campismo

Tem esta Câmara Municipal manifestado desde sempre o maior respeito e compreensão pelos trabalhadores que se servem do Parque Municipal de Campismo, durante o período de deslocação no nosso concelho.

Sabemos que quando um trabalhador recorre à tenda de campismo como forma de alojamento, para garantir o seu salário, é naturalmente porque não tem possibilidade de encontrar uma habitação em condições minimamente aceitáveis, quer de qualidade, quer de arrendamento.

Por outro lado o facto do Parque ser da Câmara Municipal exige de todos um respeito contínuo pelas instalações e equipamentos existentes, na certeza de que a sua defesa e preservação é tarefa de todos, no interesse de todos quantos aí se encontram.

O cumprimento do Regulamento do Parque é portanto condição indispensável para que o seu funcionamento seja do agrado de todos, não podendo a Câmara Municipal tolerar que alguns menos respeitadores ponham em causa as determinações regulamentares, as orientações dos trabalhadores do próprio parque, ou até as decisões da Câmara Municipal.

**Eleição Intercalar
da Assembleia da República**




**ELEIÇÃO DAS
AUTARQUIAS LOCAIS**



Sabe qual é o seu número de inscrição no Recenseamento?

Como pode ver no desenho abaixo esse número **consta do Cartão de Eleitor** que cada cidadão possui. **É indispensável** saber esse número para poder conhecer, a partir de 15 dias antes da eleição, em que lugar funcionará a mesa de voto onde deverá votar.

Consulte portanto o Edital que será afixado nos locais habituais e no qual serão discriminadas as Assembleias ou Secções de voto, os locais onde elas funcionarão e o número de inscrição no recenseamento dos cidadãos que votam em cada uma delas.

REPÚBLICA  PORTUGUESA	
CARTÃO DE ELEITOR	
UNIDADE GEOGRÁFICA DE RECENSEAMENTO CASTELÕES	
N.º DE INSCRIÇÃO B 5163	IMPRESSÃO DIGITAL
NOME João Carlos de Sousa Fernandes	
ASSINATURA João Carlos de Sousa Fernandes	
CONSERVE ESTE CARTÃO	

Prepare-se com tempo para a Eleição

Se por qualquer motivo **PERDEU O SEU CARTÃO DE ELEITOR** dirija-se já à sua Comissão Recenseadora para que lhe seja passada uma 2.ª via. No dia da eleição se não souber ainda o seu número de inscrição dirija-se à Junta de Freguesia que para o efeito abrirá nesse dia e aí será informado acerca desse número.

HABITAÇÃO

Continuação pág. 1

- Plano de Pormenor da zona de reserva habitacional.
- Plano de Pormenor da Praça da República
- Plano de Pormenor da Zona B — envolvente do Mercado
- Estudo da rede viária da vila de Sines
- Plano de urbanização do Porto Covo
- Plano de Pormenor da Praça Marquês de Pombal e Rua Vasco da Gama
- Plano de expansão de Porto Covo.

Todos estes estudos constituem hoje elementos preciosos para o futuro urbanístico do concelho. A partir da sua realização ou na sequência de trabalhos anteriores de comissão administrativa, ordenámos como principais polos de desenvolvimento habitacional os seguintes:

- Investimento municipal.
- Terrenos municipais ou públicos urbanizados para auto-construção.
- Terrenos urbanizados para cooperativa de habitação económica.

Estes três pólos de investimento tiveram como já referimos como consequência principal, que se tivesse contribuído para a aprovação de 382 novos fogos na vila de Sines as quais se distribuem da seguinte forma:

— Investimento municipal	87 fogos
— Terrenos municipais para Cooperativa	96 »
— Terrenos municipais para auto-const.	34 »
— Terrenos públicos para auto-const.	165 »
	<hr/>
	382 »

Neste momento decorrem as seguintes iniciativas para novos programas a partir de 1980:

- CONCURSO PARA OS PROJECTOS DOS EDIFÍCIOS DA ZONA B — envolvente ao Mercado Municipal — 200 FOGOS.
- ESTUDO DE LOTEAMENTO PARA PRÉ-FABRICADOS JUNTO AO PARQUE DE CAMPISMO.
- ESTUDO DE LOTEAMENTO PARA PRÉDIOS NA ANTIGA FLORESTA.



Hospital de Sines

Câmara Municipal suporta parte dos custos de funcionamento e apetrechamento

Foram múltiplas as diligências efectuadas a vários níveis para a reabertura do nosso hospital, às quais tiveram como consequência um despacho da anterior secretaria de Estado que determinava a abertura nos meses de verão em serviço de urgência. Anteriormente já a Câmara Municipal havia deliberado colocar à disposição da Comissão Instaladora do hospital quatro fogos para enfermeiros que viessem a fazer parte do seu quadro de pessoal. Em 3 de Outubro passado, deslocou-se o Presidente da Câmara a Lisboa, para uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Saúde, onde foi reafirmada a determinação da Câmara de manter o hospital em funcionamento e também a sua

vontade de participar nas despesas necessárias à prestação de melhores serviços à população.

Nesse sentido já foi concedido à Comissão Instaladora um subsídio de 120 contos para compra de vários materiais necessários aos médicos e enfermeiros. Por outro lado e enquanto o Ministério não processar as verbas necessárias, a Câmara também suportará os encargos excedentes com o pessoal médico e para-médico. Ainda neste capítulo também foram fornecidas 3 secretárias e 6 cadeiras para as consultas de psiquiatria cujos técnicos se deslocam semanalmente a Sines.